



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Secretaria Executiva de Finanças

Memorando Nº 54/2024 - SEEC/SEFIN

Brasília-DF, 23 de maio de 2024.

**À Unidade de Controle Interno - UCI/GAB/SEEC,**

**Assunto: Decisão nº 425/2024 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (134534795).**

**SUJEITO A PRAZO**

1. Trata-se da Decisão nº 425/2024, exarada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (134534795), a qual se reporta à avaliação da gestão dos imóveis próprios do Distrito Federal.

2. Por síntese, referencia-se o item III, da Decisão nº 425/2024, nos seguintes termos:

[...]

**III – determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD que, no prazo de 120 (cento e vinte dias):**

**a) no tocante ao Achado de Auditoria 1:**

**i) realize levantamento para dimensionamento da força de trabalho da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário – SPI e da UGP – Unidade Geral de Patrimônio (antiga Coordenação Geral de Patrimônio – COPAT), a fim de se estimar a quantidade de servidores necessária para otimizar as atividades de gestão do patrimônio imobiliário e os resultados dela decorrentes;**

**ii) estabeleça procedimentos de controle sistemáticos padronizados, estruturados e coordenados com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, por meio de suas CGPI, que objetivem assegurar a atualização contínua e perene dos registros cadastrais dos imóveis distritais;**

**iii) realize estudo para avaliar a viabilidade da unificação das bases de dados e/ou interoperabilidade do Sistema de Gestão Patrimonial – SisGePat, do Sistema de Patrimônio Público – SPP e do Sistema de Identificação de Concessões e Permissões – SICP, com o intuito de sanar as inconsistências identificadas ao longo desta auditoria;**

**iv) realize estudo para avaliar alternativas ao modelo de trabalho descentralizado de alimentação das bases de dados dos sistemas SisGePat, SPP e SICP, atualmente implementado, o que tem acarretado descompasso procedimental caracterizado pela falta de padronização, lacunas e falhas de preenchimento de registros nesses três sistemas, prejudicando a fidedignidade e a confiabilidade das informações;**

3. Acerca da matéria, registra-se a manifestação da especializada da Subsecretaria de

Contabilidade, fundamentada no Despacho– SEEC/SEFIN/SUCON/UGP (141647838), cujo teor é o seguinte:

Vieram os autos a esta Unidade Geral de Patrimônio (UGP), nos termos do Despacho– SEPLAD/GAB (134541147), que reporta ao Ofício nº 933/2024-GP (134534317) pelo qual comunicou a Decisão nº 425/2024 do Tribunal de Contas do Distrito Federal(134534795), de relatoria da Conselheira Anilcéia Luzia Machado, sobre Auditoria realizada no âmbito da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF, atual Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF, com o objetivo de avaliar a gestão dos imóveis próprios do Distrito Federal.

O trâmite da presente matéria no âmbito desta Pasta objetiva dar conhecimento ao seu titular, a fim de proferir manifestação em resposta, haja vista o prazo estabelecido pela Corte de Contas Distrital de 120 (cento e vinte dias), acerca da determinação contida na aludida decisão quanto a questões da auditoria, dos achados, critérios, evidências, causa, efeitos, propostas de correção e melhorias e dos benefícios esperados, fazendo constar totalidade da documentação comprobatória.

Preliminarmente, é oportuno esclarecer que as informações e documentos comprobatórios no que tange à análise a respeito do dita decisão que abrangem às atribuições da antiga COPAT passarão a ser respondidas por esta Unidade Geral de Patrimônio (UGP), tendo em vista a alteração da estrutura administrativa e nomenclatura da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF, ocorrida por meio dos Decretos nºs 44.864, de 17/08/2023, e 45.433, de 18/01/2024, oportunidade em que a antiga Coordenação Geral de Patrimônio (COPAT), passou a denominar-se Unidade Geral de Patrimônio (UGP), mantendo-se vinculada à Subsecretaria de Contabilidade, da Secretaria Executiva de Finanças da Secretaria de Estado de Economia – SEEC/DF. A norma não dispôs sobre mudanças das competências da Portaria SEEC/DF nº 140, de 17/05/2021, estabelecidas para a antiga COPAT, atual UGP, unidade orgânica de direção e supervisão, e suas unidades orgânicas de execução diretamente subordinadas.

Feitas as considerações preliminares, passamos a apresentar os esclarecimentos e justificativas com relação às determinações contidas na Decisão TCDF nº 425/2024 (134534795).

#### **Item III 'a' no tocante ao Achado de Auditoria 1:**

**i) realize levantamento para dimensionamento da força de trabalho da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário – SPI e da UGP – Unidade Geral de Patrimônio (antiga Coordenação Geral de Patrimônio – COPAT), a fim de se estimar a quantidade de servidores necessária para otimizar as atividades de gestão do patrimônio imobiliário e os resultados dela decorrentes;**

Força de trabalho atual relacionada as atividades de gestão identificadas no § 84 do Relatório Final de Auditoria – RFA nº RE\_3/2024- DIGEM1 (134536197):

- Unidade Geral de Patrimônio – UGP, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Subsecretaria de Contabilidade: 01(um) Auditor de Controle Interno;
- Diretoria de Registro e Consolidação do Patrimônio Imobiliário – DICOI/UGP: 01(um) Auditor de Controle Interno e (01) Gestora em Políticas Públicas e Gestão Governamental;
- Diretoria de Acompanhamento e Avaliação do Patrimônio Imobiliário – DIAPI/UGP: 01(um) Auditor de Controle Interno e

(01) Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Assim, a força de trabalho proposta, a fim de otimizar as atividades da UGP, levando-se em consideração as inconsistências apontadas nos §§ 163 a 166 do Relatório Final de Auditoria – RFA nº RE\_3/2024- DIGEM1 (134536197), deve ser:

- Unidade Geral de Patrimônio – UGP, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Subsecretaria de Contabilidade: carece de mais 02 (dois) Auditores de Controle Interno + 02 (dois) Assessores;
  - Diretoria de Registro e Consolidação do Patrimônio Imobiliário – DICOI/UGP: 02 (dois) Auditores de Controle Interno e (02) Gestores em Políticas Públicas e Gestão Governamental;
  - Diretoria de Acompanhamento e Avaliação do Patrimônio Imobiliário – DIAPI/UGP: 02 (dois) Auditores de Controle Interno e 02 (dois) Analistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Propõe-se, ainda, a criação de Órgão Executivo de Acompanhamento de Implementações de Sistemas Patrimoniais: com 01 (um) Auditor(a) de Controle Interno e (01) Gestor(a) ou Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Atualmente a UGP necessita disponibilizar servidores para atuar, respectivamente, como gestor operacional titular e substituto, junto à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-SUTIC quanto à abertura e homologação pelos Sistemas OASIS e Redmine de Demandas corretivas/evolutivas/projetos do Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT. Devido à carência de servidores, tem ocorrido o deslocamento de técnicos na atuação das atividades institucionais afetas ao controle/gestão patrimonial para desempenhar as funções voltadas à implementação do sistema corporativo, comprometendo, sobremaneira a celeridade do cumprimento das metas das Diretorias da UGP.

**ii) estabeleça procedimentos de controle sistemáticos padronizados, estruturados e coordenados com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, por meio de suas CGPI, que objetivem assegurar a atualização contínua e perene dos registros cadastrais dos imóveis distritais;**

De acordo com o art. 94 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, estabelece que haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração. Nessa mesma norma, o art. 95 prevê que a contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis e, por sua vez, o art. 96 estabelece que o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Nesse sentido, os registros analíticos dos bens patrimoniais do Distrito Federal são realizados no Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat. Por outro lado, os registros sintéticos desses bens são efetivados no Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC/SIGGO. Tais informações são conciliadas periodicamente entre os dois sistemas.

Com o objetivo de cumprir o previsto no art. 96 da lei citada,

baseado nas disposições do Decreto n.º 16.109/1994 e da Instrução Normativa SEF/SUCON n.º 01, de 17/08/2015, cabem às Unidades Administrativas promover a realização do inventário patrimonial.

O art. 3º da dita instrução dispõe que o inventário patrimonial é o instrumento de controle para verificação dos bens permanentes em uso nos órgãos usuários das Unidades Administrativas do DF. O § 1º do citado artigo, por outro lado, prevê que o inventário patrimonial será realizado, anualmente, pelas Unidades Administrativas, através da conferência física dos bens móveis e semoventes e dos bens imóveis junto com a carga patrimonial, com o objetivo de confirmar as atribuições de responsabilidade pela carga, a localização do bem e seu estado de conservação.

A apresentação da real situação dos imóveis, na forma legal, é demandada anualmente às unidades administrativas por intermédio do inventário anual que é analisado pelos órgãos executivos desta UGP. Estes, por sua vez, sempre que necessário, emitem reiteradas solicitações de medidas de saneamento através de relatórios encaminhados às unidades administrativas. Em 2022, a título de exemplo, foram enviados processos a 68 diferentes unidades administrativas (125610106).

De acordo como o art. 5º da Instrução Normativa SEF/SUCON n.º 01, de 17/08/2015, o ordenador de despesas da unidade administrativa deverá constituir Comissão especialmente designada, mediante Portaria ou Ordem de Serviço, no período entre 16 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para realizar o inventário físico patrimonial.

Ante os esclarecimentos acima expostos, com o intuito de atender o item em análise, propõe-se que doravante membro(s) da Comissão de Gestão de Patrimônio Imobiliário (CGPI) dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal passem a integrar a Comissão designada para realizar o inventário físico patrimonial e, com isso, reunir esforços conjuntos buscando assegurar a contínua e perene atualização dos registros dos imóveis.

**iii) realize estudo para avaliar a viabilidade da unificação das bases de dados e/ou interoperabilidade do Sistema de Gestão Patrimonial – SisGePat, do Sistema de Patrimônio Público – SPP e do Sistema de Identificação de Concessões e Permissões – SICP, com o intuito de sanar as inconsistências identificadas ao longo desta auditoria;**

Atualmente o Módulo de Bens Imóveis do SisGepat está em processo de migração para a plataforma web de acordo com as Demandas OASIS n.ºs 938/2022 (125610638), 908/2024(141647314), 909/2024(141647447), 918/2024(141647544), 921/2024(141647642) e 1163/2024(141647743). Assim, como ocorrido com o Módulo de Bens Móveis, com a mudança de plataforma, a nova estrutura de cadastro de usuários pelas unidades e criação de perfis, permitirá que as informações possam ser atualizadas com maior tempestividade também no Módulo de Bens Imóveis do SisGepat.

Dessa forma, para atendimento desse item, propõe-se que seja formulada à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação- SUTIC solicitação de análise técnica quanto à viabilidade da unificação das bases de dados e/ou interoperabilidade do SisGepat, do SPP e do SICP.

**iv) realize estudo para avaliar alternativas ao modelo de trabalho**

descentralizado de alimentação das bases de dados dos sistemas SisGePat, SPP e SICP, atualmente implementado, o que tem acarretado descompasso procedimental caracterizado pela falta de padronização, lacunas e falhas de preenchimento de registros nesses três sistemas, prejudicando a fidedignidade e a confiabilidade das informações;

Oportuno esclarecer que recentemente alternativa seguidora dessa linha proposta no item acima foi implementada parcialmente com a publicação do Decreto n.º 38.427, de 23/08/2020, e da Instrução Normativa SUCON n.º 05, de 17/11/2020. Essa medida possibilitou realizar a transferência para o banco de estoque imobiliário, patrimônio do Distrito Federal, das unidades imobiliárias registradas no SisGepat até então sob uso, responsabilidade e guarda das Unidades Gestoras - UGs há mais de 5 (cinco) anos sem a devida ocupação (sem obras ou edificações realizadas pelo DF), de forma que viabilizou o registro centralizado apenas do estoque de unidades imobiliárias para melhor identificação e aproveitamento de uso pelos órgãos do Distrito Federal.

Com a centralização do estoque, atualmente temos um modelo misto de gestão dos imóveis, pois o estoque de imóveis do Distrito Federal agora é gerido pela SEEC/DF. No entanto, as informações sobre uso, ocupação e estado de conservação dos demais imóveis são prestadas de forma descentralizada pelas unidades administrativas, consoante o disposto no art. 17 da Instrução Normativa SEF/SUCON n.º 01, de 17/08/2015.

A avaliação da alternativa de modelo integral de trabalho centralizado proposto no sentido de atender este item, no entender desta UGP, requer necessariamente seja inicialmente promovida análise da disponibilidade orçamentária-financeira para ampliar a força de trabalho que permita otimizar as atividades desta Pasta. Se, de forma descentralizada já há dificuldade no cumprimento das atividades que envolvem o controle/gestão dos imóveis ante a quantidade significativa de bens, no caso da hipótese de centralização integral será demandado incremento muito mais expressivo da força de trabalho da UGP.

**Item III 'b' no tocante ao Achado de Auditoria com relação ao Sistema Geral de Patrimônio – SisGePat, adote providências objetivando:**

**i) o adequado preenchimento da tabela TERRENOS, campo ED\_METRAGEM, dos 79 registros identificados com preenchimento alfanumérico revelando a fração ideal (F.I.) de cada terreno, o qual deveria ser numérico de modo a possibilitar operações aritméticas em metros quadrados (m2), constantes da planilha 79\_Terrenos\_com\_Área\_Fração\_Ideal.csv (PT 19) (evidência 1, § 132, “a”, RFA);**

Conforme documentação cartorial disponível nos arquivos desta Pasta, o conteúdo do dito campo encontra-se devidamente preenchido baseado em informações cartoriais, como se verifica a título de exemplo, os TEIs 4396/12, documentos (125611108) e (125611704); 4836/13, documentos (125612019) e (125612174); e, 4845/13, documentos (125612536) e (125612718).

Dessa forma, no momento, não se vislumbra imperiosa necessidade de implementar a alteração do campo para numérico, haja vista que terrenos cadastrados no sistema em metros quadrados (m2) não apresentam fração ideal indicada e, desse modo, possibilita que sejam realizadas as operações aritméticas

de interesse com tais informações.

Demais disso, a alteração proposta impactará em mudança na estrutura do banco de dados e, portanto, mostra-se inoportuna na presente data, em face à migração do Módulo de Imóveis do Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat que vem sendo realizada para plataforma web, na forma das Demandas OASIS n.ºs 938/2022 (125610638), 908/2024(141647314), 909/2024(141647447), 918/2024(141647544), 921/2024(141647642) e 1163/2024(141647743).

**ii) o adequado preenchimento da tabela EDIFICACOES, campo ED\_METRAGEM, dos 1.281 registros de edificações com área igual a zero, indicados na planilha 1281\_Edificações \_com\_Area\_Zero.csv (PT 20) (evidência 1, § 132, “b”, RFA);**

Há variadas situações detectadas nesses registros, entre as quais, edificações: 1 - identificadas como projetos/obras e que deverão ser recadastradas em item correspondente de acordo com documentação comprobatória (Ex.: Pasta 0128/01 (125613307) e (125613937); 2 - transferidas para o Distrito Federal provenientes de órgãos extintos que não houve a indicação da metragem pela unidade de acordo com documentação comprobatória (Ex.: Pasta 02091/12 (125614150) e (125614446) - (Processo n.º 080.010.870/2010); e, 3 – identificadas como mobiliário urbano que não dispõe de área coberta, de acordo com documentação comprobatória (Ex.: Pasta 0977/08 (125614896) e (125615264) - (Processo n.º 138.001.353/2011).

Nesse sentido, esclarecemos que cada registro será objeto de análise e levantamento junto às unidades para identificação e saneamento do conteúdo dos dados registrados no sistema.

**iii) a avaliação da viabilidade de criação de campos em tabela do SisGePat destinados a registrar informações sobre o Estado de Conservação e a Situação Jurídica dos imóveis cadastrados (evidência 1 - § 132, “c”, RFA);**

No que se refere ao Estado de Conservação, por se tratar de informação inerentemente atrelada à gestão do imóvel, há que ressaltar a previsão desse dado constar no sistema SPP de acordo com relato constante do parágrafo 230 do próprio Relatório Final de Auditoria – RFA nº RE\_3/2024- DIGEM1(134536197). A criação simultânea, no SPP e no SisGepat, do campo Estado de Conservação provocaria redundância desnecessária de informações.

Quanto à criação do campo Situação Jurídica no SisGepat, no entender desta Unidade, o sistema já possui o campo Situação que retrata essa informação. Sua finalidade é identificar se o imóvel está incorporado ao acervo patrimonial do Distrito Federal, na forma que dispõe o Decreto n.º 16.109/1994. Os imóveis que se encontram registrados no SisGepat na situação de "Incorporado" possuem documentação comprobatória da propriedade do bem em nome do Distrito Federal, tais como: escritura, certidão de ônus ou inteiro teor, documento que conste o valor global da obra - Nota de Empenho, etc. e

**iv) a regularização da situação das 313 edificações pendentes, listadas na planilha 313\_Edificações\_a\_Regularizar\_Ano\_ Incorporação.csv (PT 21) (evidência 2 - §§ 135 a 142, RFA); e v) a regularização da situação das obras listadas nas planilhas 4260\_Obras\_A\_Regularizar.csv (PT 22) e 11865\_Obras\_Em\_andamento.csv (PT 23) (evidência 3 §§ 143 a 144), bem como no**



**sentido de mitigação da situação apontada nos §§ 145 a 152 do RFA;**

Por meio do OFGP n.º 1171/91 (125615735), o Egrégio TCDF recomendou a todos os órgãos e entidades da administração do DF no sentido de que nenhuma edificação seja iniciada sem que a propriedade do terreno esteja regularizada. As obras/edificações na Situação de Não Incorporadas, ou seja, sob o Estado de Regularização A Regularizar ou Em andamento, estão sendo registradas no sistema em conformidade com a Decisão TCDF n.º 2876/2003 (125616204), que decidiu determinar a todas as jurisdicionadas, em especial à então Secretaria de Fazenda e Planejamento – órgão central do Sistema de Contabilidade do Governo do Distrito Federal, que: "(...) a) providenciem a imediata contabilização dos bens imóveis em uso, conforme a documentação respectiva estivesse ou não regularizada. 1.4.2.1.1.91.00 – Obras em Andamento ou 1.4.2.1.1.98.00 – Bens Imóveis a Classificar, ou ainda outra conta do grupo 1.4.2.1.1.00.00 – Bens Imóveis, conforme a situação do imóvel a ser incorporado; b) nas futuras construções e reformas, utilize a conta contábil 1.4.2.1.1.91.00 – Obras em Andamento, para registrar, de forma acumulada, os valores que forem agregados ao bem, os quais, ao término da obra, deverão ser transferidos para a conta 1.4.2.1.1.98.00 – Bens Imóveis a Classificar ou outra conta dentro do grupo 1.4.2.1.1.00.00 – Bens Imóveis, conforme a documentação respectiva esteja ou não regularizada. (...)".

A documentação para regularizar a situação patrimonial do imóvel consta especificada nos arts. 3º e/ou 7º do Decreto n.º 16.109/1994. O Art. 8º dessa mesma norma estabelece que concluída a obra, a unidade administrativa por ela responsável encaminhará a esta Pasta os documentos legalmente previstos para incorporação do bem. Com o fito de manter atualizado o controle dos bens e seus respectivos registros patrimoniais que integram o SisGepat, às Unidades Administrativas cabem promover a realização do inventário patrimonial na forma da Instrução Normativa SEF/SUCON n.º 01, de 17/08/2015, que disciplina a elaboração, a organização e os procedimentos para a realização do inventário patrimonial anual realizado pelas Unidades Administrativas da administração centralizada e órgãos relativamente autônomos do Governo do Distrito Federal.

O Art. 3º da norma em comento prevê:

"(...)

Art. 3º Inventário patrimonial é o instrumento de controle para verificação dos bens permanentes em uso nos órgãos usuários das Unidades Administrativas do DF.

§ 1º O inventário patrimonial será realizado, anualmente, pelas Unidades Administrativas, através da conferência física dos bens móveis e semoventes e dos bens imóveis junto com a carga patrimonial, com o objetivo de confirmar as atribuições de responsabilidade pela carga, a localização do bem e seu estado de conservação.

§ 2º O Inventário visa ainda manter atualizado o controle dos bens e seus respectivos registros, objetivando apurar a ocorrência de dano, extravio ou qualquer outra irregularidade.

(...)"

Anualmente as diretorias executivas competentes da UGP/SUCON analisam todos os inventários entregues pelas unidades administrativas e reitera a necessidade de envio da totalidade da documentação dos bens imóveis não incorporados, ou seja, dos terrenos não transferidos ao patrimônio do Distrito Federal ou, ainda, das edificações/obras a regularizar ou das obras em andamento. Como o inventário patrimonial é peça integrante da prestação/tomada de contas anual das unidades administrativas, os relatórios de análise dos inventários expedidos por esta Unidade são também disponibilizados para conhecimento e deliberação do Egrégio TCDF acerca das pendências ainda não solucionadas pelas unidades administrativas, a fim de regularizar a documentação necessária para a devida incorporação patrimonial dos bens na forma da legislação vigente.

**vi) estabelecer procedimentos de controle sistemáticos padronizados, estruturados e coordenados com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, por meio de suas CGPI, que objetivem assegurar a atualização contínua e perene dos registros cadastrais dos imóveis distritais no SisGePat;**

No arcabouço das competências da atual UGP/SUCON, o controle em questão é feito por intermédio da análise do inventário anual entregue pelas unidades administrativas em cumprimento às disposições dos Decretos n.ºs 16.109, de 1º/12/1994 e 32.598, de 15/12/2010, da Instrução Normativa SEF/SUCON n.º 01, de 17/08/2015, das normas anuais de encerramento do exercício, das visitas técnicas, diligências, reuniões realizadas com as unidades administrativas, dentre outras medidas. A ampliação do quadro de servidores e o aperfeiçoamento das atividades, tanto de regramento quanto de evolução tecnológica, são relevantes para assegurar a atualização tempestiva, contínua e perene dos registros cadastrais do imóveis do Distrito Federal.

Com o intuito de atender ao item em análise, portanto, reitera-se a importância do(s) membro(s) da Comissão de Gestão de Patrimônio Imobiliário (CGPI) dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal integrarem a Comissão designada para realizar o inventário físico patrimonial e, com isso, reunir esforços conjuntos de atuação.

No que se refere à atuação da então GAPAI/COPAT mencionada no §164 do citado relatório, seguem exemplos de atividades realizadas para controle e manutenção do cadastro patrimonial de bens imóveis não incorporados do Distrito Federal:

- Obras registradas no SisGepat, no exercício de 2022 (664 itens), conforme Relação GAPAI 01 (125617163);
- Análise e Incorporação de imóveis – alteração do estado de regularização no SisGepat Imóveis, em conformidade com a Decisão TCDF nº 2876/2003 (125616204) e Decreto nº 16.109/1994. Processos Relação GAPAI 02 (125617331);
- Atualização de documentos relativos aos imóveis registrados no SisGepat, de acordo com processos da Relação GAPAI 03 (125617437);
- Processos Relação GAPAI 04 (125617582), referentes à análise e orientação para fins de regularização patrimonial de imóveis, na forma do Decreto n.º 16.109, de 1º de dezembro de 1994.

Em relação à atuação da então GECOI/COPAT, mencionada no §165 do dito relatório, seguem exemplos de atividades realizadas para controle e manutenção do cadastro patrimonial de bens imóveis do Distrito Federal:



- Transferência para o banco de estoque imobiliário, patrimônio do Distrito Federal, das unidades imobiliárias registradas no Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat para uso, responsabilidade e guarda das Unidades Gestoras - UGs, há mais de 5 (cinco) anos, sem a devida ocupação pela UG detentora da guarda, no uso de sua atividade fim, consoante as disposições do Decreto nº 38.427, de 23/08/2020 e da Instrução Normativa SUCON n.º 05, de 17/11/2020, conforme Relatório de Dados Gerais - Imóvel (125617872);

- Incorporação de imóveis ao patrimônio do Distrito Federal, tais como: SH TORORO QD A2 LG QUERENCIA CJ 2 AE 2; SGO - Qd. 05 Lt. 23A; SGO - Qd. 05 Lt. 23B, SH ME D'ARMAS QD 18 MD 1 AE 2; SH ME D'ARMAS QD 18 MD 1 AE 2; SH TORORÓ QD C2 AE 02; SH TORORÓ QD C2 AE 03; SH TORORÓ QD C1 AE 01; SH TORORÓ QD C1 AE 02; SHC/S SQ 307 LT 1 PLL; QNN 06 CJ J LOTE 02; QNN 06 CJ J LOTE 04; QNN 06 CJ J LOTE 06; QNN 06 CJ J LOTE 08; QNN 06 CJ J LOTE 10; QNN 06 CJ J LOTE 12; QNN 06 CJ J LOTE 14; QNN 06 CJ J LOTE 16; QNN 06 CJ J LOTE 18; CANDANG QRO-A AE 1; CANDANG QRO-A AE 2; SHA QD 9 AE 3 EPC; QNN QD 12 AE 1; BAIRRO CRIXÁ AVENIDA CENTRAL LT 03; QD 308 CJ 18-A LT 01; AVENIDA CENTRAL LT 03 BAIRRO CRIXÁ; VILA SÃO JOSÉ QD 46 AE 01; QNN 06 CJ N LT 01; SHRF II QN 15D LT AI 01; SHC/SW SQ-SUDOESTE 300 PROJ 02; SH ALTO DA BOA VISTA ENTREQUADRA 101/102 AE 01; SH ALTO DA BOA VISTA ENTREQUADRA 103/104 AE 01; SH ALTO DA BOA VISTA ENTREQUADRA 103/104 AE 02; SH ALTO DA BOA VISTA ENTREQUADRA 105/106 AE 01; SH ALTO DA BOA VISTA QUADRA 202 AE 03; SH ALTO DA BOA VISTA QUADRA 207 AE 10; RESIDENCIAL PORTO PILAR - SETOR MEIRELES LT 19;

- Distribuição de processos de imóveis mediante a transferência de carga, de acordo com a Relação GECOI 01 (125618175).

Por fim, quanto às observações apontadas no §167 do relatório em questão a respeito da confiabilidade dos registros constantes do SisGepat:

Cumpre-nos informar que todo registro realizado no sistema é fundamentado em documentação devidamente arquivada. Os registros são feitos com base em normas do Distrito Federal devidamente publicadas, tais como, Decretos n.ºs 16.109/1994 e 19.163, de 08/04/1998, inclusive, em estrita observância às recomendações e determinações da própria Egrégia Corte de Contas Distrital, a exemplo da Decisão/TCDF n.º 2876/2003 (125616204).

A situação jurídica, por sua vez, é embasada em documentação comprobatória da propriedade do bem em nome do Distrito Federal, tais como: escritura, certidão de ônus ou inteiro teor, documento que conste o valor global da obra - Nota de Empenho, etc, tudo previsto em norma, mais especificamente, nos arts. 3º e/ou 7º do Decreto nº 16.109/1994.

A apresentação da real situação dos imóveis, na forma legal, é demandada anualmente às unidades administrativas por intermédio do inventário anual previsto no Decreto n.º 16.109/1994, que é analisado pelas áreas técnicas desta UGP e, sempre que necessário, são expedidas reiteradas solicitações de medidas de saneamento às unidades administrativas. Em 2023 foram enviados 65 processos às unidades para realização do inventário (125616607), rotina essa sistematicamente aplicada em anos anteriores.

Diante de todos os esclarecimentos, argumentos e justificativas apresentados acerca da Decisão TCDF nº 425/2024 (134534795) e pertinentes a esta Unidade Geral de Patrimônio (UGP), restituímos os presentes autos a esta Secretaria Executiva de Finanças (Sefin) para conhecimento e demais providências, visando o seu encaminhamento ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

4. Considerando o exposto, esta Secretaria Executiva acolhe a manifestação supratranscrita, pelos seus próprios fundamentos e, encaminha os autos a essa Unidade de Controle Interno para ciência e adoção das providências que julgar cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO ROGERIO CONDE - Matr.0187361-X**, **Secretário(a) Executivo(a) de Finanças**, em 12/06/2024, às 18:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **141771736** código CRC= **10BAA807**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1000 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s): 3414-6151

Sítio - [www.economia.df.gov.br](http://www.economia.df.gov.br)